

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA

Isadora Cechin Filipiack
Icaro Bonamigo Gaspodini
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo – RS)

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar as principais políticas públicas para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) no Brasil e os principais obstáculos para sua efetividade. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, mapeou-se a produção científica disponível no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Virtual em Saúde- publicada entre 2008 e 2018- com a seguinte combinação de descritores: “políticas públicas” e “LGBT”. De um total bruto de 83 trabalhos, após análise dos critérios de inclusão, 10 foram selecionados para compor a presente revisão. Os resultados apresentam as principais políticas públicas desenvolvidas para o público LGBT, sendo a maioria relacionada à saúde. Os principais obstáculos para a efetividade dos programas se referem ao preconceito e ao despreparo de profissionais para lidar com as especificidades das demandas do referido público.

Palavras-chave: Políticas públicas; LGBT; preconceito.

Abstract

Public policies for the LGBT population in brazil: literature review

The objective of this study is to present the main public policies for the LGBT (lesbian, gay, bisexual, transsexual, transvestite, and transgender) population in Brazil and the main obstacles for their effectiveness. With a systematic literature review, the scientific production available at Portal de Periódicos da CAPES and Biblioteca Virtual em Saúde- published between 2008 and 2018- was mapped, using the following combination of descriptors: “public policies” and “LGBT”. From a total of 83 studies, after analyzing inclusion criteria, 10 were selected for the present review. Results present the main public policies developed for the LGBT population, with the majority related to health. The main obstacles preventing public policies effectiveness include prejudice and lack of preparation coming from professionals to deal with the specificities of the referred community.

Keywords: Public policies; LGBT; prejudice.

Introdução

A violência e a discriminação que acometem a população LGBT (lésbicas,

gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) trazem efeitos negativos para a saúde (Meyer, 2003) e acontecem de diferentes formas em vários contextos sociais no país (Brasil, 2004). Conforme um documento do Ministério da Saúde sobre a saúde dessa população, o aumento da qualidade de vida e o acesso a serviços de saúde devem acontecer a partir do trabalho multissetorial das políticas públicas, gerando resultados diretos para o cidadão (Brasil, 2008a). De acordo com o documento, qualquer forma de discriminação está associada com o aparecimento de doenças e sofrimento.

Dentre os contextos de discriminação da população LGBT, estão os espaços de saúde. Estudos recentes revelam que os profissionais da saúde se encontram despreparados para trabalhar com esse público (Costa et al., 2017; Gaspodini e Falcke, 2018a, 2018b). Esse despreparo resulta em uma barreira de acesso aos serviços que deveriam estar preparados para atender às especificidades do público LGBT. É comum que os indivíduos evitem a busca por esses serviços devido à expectativa de ser discriminado, resultante do somatório de experiências de discriminação ao longo da vida (Meyer, 2003). Episódios de discriminação por parte dos profissionais já foram relatados na literatura e reforçam a necessidade de preparo e educação continuada (Cerqueira-

Santos et al., 2010). Outro âmbito que merece destaque é o campo da segurança pública. Conforme apresentado por Mello, Avelar e Brito (2014), existem barreiras significativas em relação à violência contra a população LGBT e as ações protetivas do governo brasileiro, resultando na falta de credibilidade na segurança pública.

Políticas públicas são criadas a partir de demandas sociais. No Brasil, pode-se dizer que o movimento LGBT organizado politicamente tem seu início na década de 1970, com vistas a lutar pela igualdade de direitos e o combate à discriminação (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2011). As políticas públicas representam um conjunto de ações solicitadas pela população e desenvolvidas pelo governo, com o objetivo de intervir em determinados problemas (Souza, 2006). Nesse sentido, a primeira iniciativa em âmbito nacional pode ser considerada o Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e combater a violência e discriminação “homofóbicas” (Brasil, 2004). A partir de então, muito se discutiu sobre o termo “homofobia” como incapaz de representar as especificidades das violências que acometem pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Por orientação sexual, entende-se um padrão de atração sexual, romântica ou amorosa, enquanto que por identidade de

gênero, entende-se a forma que um indivíduo sente pertencer às categorias de gênero de uma determinada sociedade (American Psychological Association, 2011).

Diversas iniciativas posteriores passaram a incluir outros termos com o objetivo de não reduzir à população LGBT ao termo “homossexual”. Nesse sentido, um conceito de suma importância foi apresentado por Jesus (2013). Trata-se do termo “heterocentrismo”, que representa “toda forma de perceber e categorizar o universo das orientações sexuais a partir de uma ótica centrada na sexualidade estereotipada considerada dominante e normal não apenas como estatística, mas principalmente no sentido moralizante do termo” (Jesus, 2013, p. 366). Assim, o combate ao preconceito e à discriminação envolve a participação do sujeito em identificar suas crenças de superioridade e questionar o aprendizado social dos estereótipos que estigmatizam um determinado grupo social.

Quatro anos depois do Programa Brasil Sem Homofobia, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, tendo como tema os direitos humanos e as políticas públicas para garantir a cidadania GLBT (Brasil, 2008). O evento teve como um dos resultados, a criação do Plano Nacional de Promoção da

Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, um avanço no combate à intolerância e a busca pela garantia dos direitos dessa população (Brasil, 2009). Além disso, é nessa conferência que se decide realizar a alteração da sigla para LGBT, enfatizando o papel das mulheres lésbicas no movimento (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, n.d.). No ano de 2012 é elaborada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, representando o reconhecimento das demandas dessa população no âmbito da saúde pública (Brasil, 2013).

Tendo em vista esses desenvolvimentos históricos e com base na situação política atual do país, considera-se relevante examinar o que foi produzido no âmbito acadêmico-científico em relação ao tema. Assim, o objetivo deste estudo é apresentar as principais políticas públicas para a população LGBT no Brasil, dentro de um recorte temporal de 10 anos (de 2008 a 2018), bem como os principais obstáculos para sua efetividade.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa, método de pesquisa baseado em evidências, amplamente utilizado na área da saúde (Mendes, Silveira, & Galvão). A busca foi realizada a partir de dois portais de acesso a

base de dados científicas, o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Ao todo, foram consultadas 11 bases de dados: *OneFile (GALE)*, *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, Scielo, *JSTOR Archival Journals*, *Materials Science & Engineering*, Medline/Pubmed, Dialnet, *Open Edition*, Lilacs, Index Psicologia – Periódicos técnico-científicos e BDENF – Base de Dados em Enfermagem. A combinação de descritores utilizada foi “Políticas Públicas” AND “LGBT”. Os critérios de inclusão foram: 1) artigos publicados em periódicos revisados por pares; 2) redigidos em português; 3) publicados entre 2008 e 2018; 4) o objetivo do artigo deveria abordar o tema das políticas públicas para a população LGBT no Brasil, em nível federal.

Conforme apresentado na Figura 1, identificou-se um total bruto de 83 trabalhos. Através da leitura do título e do resumo, sete deles foram excluídos por serem repetidos e outros 59 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Os 17 restantes foram analisados a partir da extração dos seguintes dados: ano de publicação, tipo de estudo, objetivos, método e resultados. Essa análise possibilitou identificar que um dos artigos abordava as políticas públicas para a população LGBT no estado da Paraíba e não em todo o país. Os outros seis artigos não tratavam de maneira específica do assunto central da presente pesquisa. Por fim, foram incluídos dez estudos que obedeceram aos critérios de inclusão.

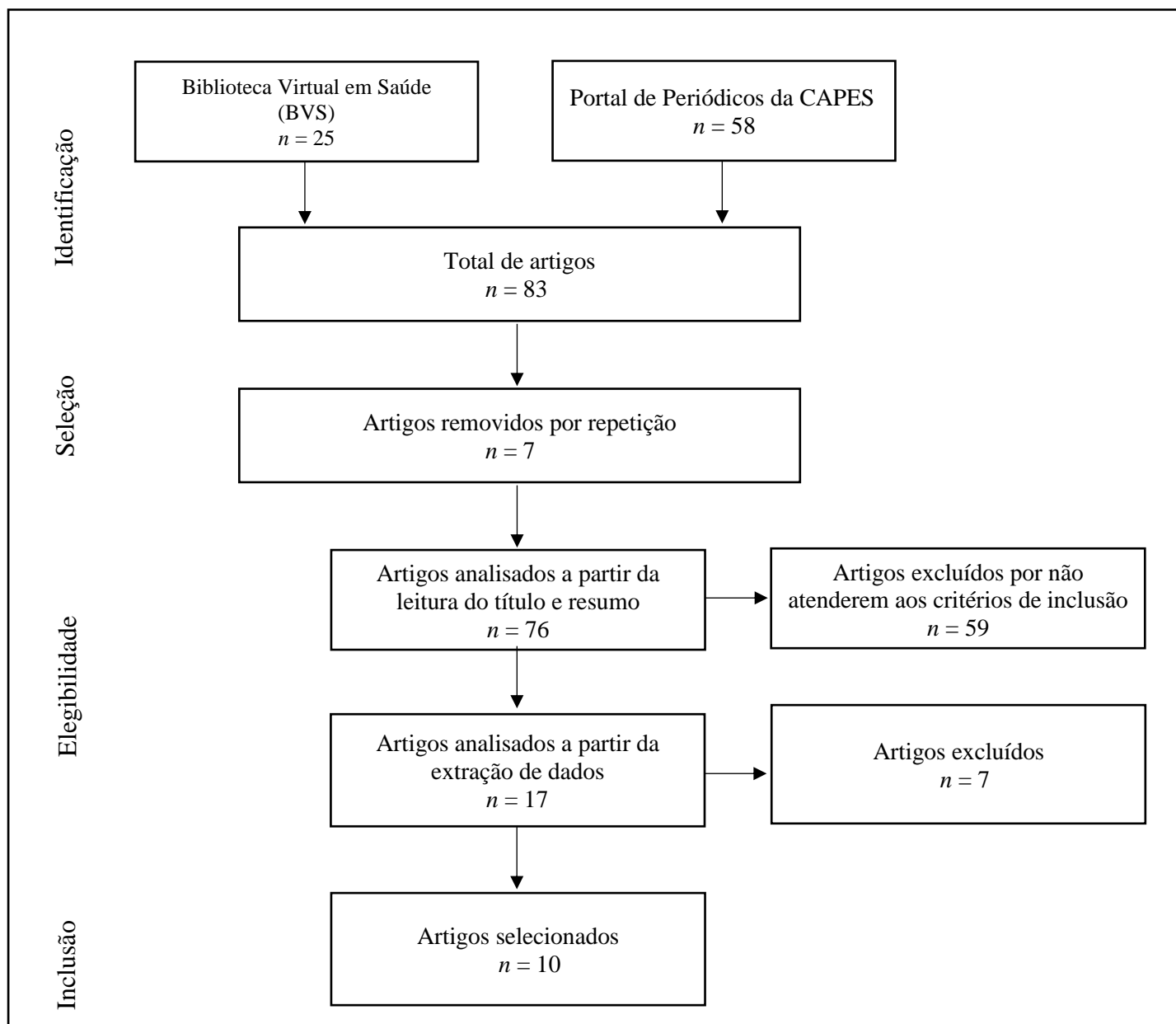


Figura 1. Fluxograma baseado no modelo Prisma (Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman, & The Prisma Group, 2015)

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados em dois eixos. Primeiro, serão apresentadas as políticas públicas para a população LGBT no Brasil, em nível nacional, identificadas nos estudos. Em seguida, serão discutidos

os principais obstáculos existentes para a efetividade dos programas. A Tabela 1 foi criada para facilitar a consulta aos 10 trabalhos selecionados e organizá-los em ordem cronológica. A área de atuação predominante entre os/as autores/as foi a Saúde Coletiva. Por trabalhar de forma

interdisciplinar para promover a saúde ou prevenir o sofrimento com base nos determinantes sociais vinculados ao processo de saúde-doença (Lima & Santana, 2006), essa área se torna

imprescindível na construção de espaços que combatam a expectativa de discriminação que leva à rejeição pela busca de serviços de saúde.

Tabela 1

Trabalhos Selecionados (N = 10)

Ano	Autoria	Publicação
2010	Ferraz e Kraiczky	Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n. 1
2011	Melo, Perilo, Braz e Pedrosa	Sexualidad, Salud y Sociedad, v. 9
2012	Mello, Avelar e Maroja	Sociedade e Estado, v. 27, n. 2
2013	Albuquerque, Garcia, Alves, Queiroz e Adami	Saúde em Debate, v. 37, n. 98
2014	Mello, Avelar e Brito	Estudos Feministas, v. 22, n. 1
2014	Sampaio e Germano	Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 2
2015	Broilo e Akerman	Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 1
2017	Popadiuk, Oliveira e Signorelli	Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 5
2017	Prado e Sousa	Tempus, actas de saúde coletiva, v. 11, n. 1
2017	Silva, Silva Filho, Bezerra, Duarte e Quinino	Revista de Saúde Pública do Paraná, v. 18, n. 1

O Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004) foi a política pública mais citada nos artigos revisados. Esse programa se constitui na promoção dos direitos à segurança, educação, saúde, trabalho e cultura para o público em questão. A lista

das políticas públicas identificadas nos estudos se encontra na Tabela 2. Elas foram categorizadas pelo principal foco de suas ações propostas e também foram codificadas para facilitar a leitura dos resultados e discussões deste artigo.

Tabela 2

Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil

Identificação	Denominação	Menção em <i>n</i> estudos (<i>N</i> = 10)	Principal foco das ações
PB01	Brasil Sem Homofobia	10	Combate à violência e discriminação
PB02	Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde	4	Acesso aos serviços de saúde
PB03	II Programa Nacional de Direitos Humanos	4	Direitos Humanos
PB04	III Programa Nacional de Direitos Humanos	5	Direitos Humanos
PB05	Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e Outras DST	3	HIV/AIDS e outras IST
PB06	Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis	2	HIV/AIDS e outras IST
PB07	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LBT	3	Direitos Humanos
PB08	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	2	Saúde da mulher
PB09	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem	1	Saúde do homem
PB010	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	6	Saúde da população LGBT
PB11	Processo Transexualizador no SUS	4	Processo transexualizador
PB12	Programa Nacional de DST/AIDS	2	HIV/AIDS e outras IST

A maioria dos estudos analisam as políticas públicas de saúde (n=7) e de segurança (n=1), e somente dois estudos abordam o assunto de maneira geral (Mello et al., 2012; Sampaio & Germano, 2014). Percebe-se através desse resultado, a existência de grande demanda da população LGBT em receber um atendimento adequado, que atenda às suas especificidades e garanta fácil acesso aos procedimentos através do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, muitos estudos relatam eventos que abordaram o tema das políticas públicas para a população LGBT, como a Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT, I Conferência Nacional LGBT, 13º Conferência Nacional de Saúde e 11º Conferência Nacional de Direitos Humanos (Ferraz & Kraiczky, 2010; Mello et al. 2011; Mello et al. 2014; Prado & Sousa, 2017; Silva et al. 2017; Mello et al., 2012).

Tendo em vista a trágica realidade da violência contra pessoas LGBT no Brasil, a PB01 é estruturada com base nos princípios do combate à violência e discriminação. As ações desse programa são desenvolvidas a partir de diversos setores públicos, com o objetivo de assegurar um programa abrangente e efetivo. A PB01 busca implementar ações acerca dos direitos à educação, saúde, trabalho e cultura, além de fiscalizar as ações de segurança e promover políticas

públicas para minorias sociais, como mulheres, negros/as e homossexuais.

A PB02 não é uma política pública desenvolvida especificamente para o público LGBT, porém, trata-se de uma ferramenta de extrema relevância para que todos os cidadãos/ãs brasileiros/as, tenham conhecimento acerca dos seus direitos e deveres em relação aos serviços de saúde. O documento tem como base seis princípios básicos de cidadania, podendo ser enfatizado o princípio nº 3, que determina que “todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação” (Brasil, 2011, p. 3). Apesar da existência de programas governamentais com essa preocupação, o estudo de Cerqueira-Santos et al. (2010) relevou a presença de diferentes tipos de discriminação contra a população LGBT nos serviços de saúde, sendo uma delas referente à orientação sexual do usuário do serviço. Cabe ressaltar que este estudo foi desenvolvido antes da implantação da PB02, o que indica que o atendimento nos espaços de saúde pode ter melhorado após a implantação do referido documento. Entretanto, um estudo de 2017 investigou a percepção de agentes comunitários de saúde em relação ao atendimento de pessoas LGBT e revelou que a discriminação ainda está muito presente nesse contexto, bem como atitudes de invisibilização das demandas desse público por partes dos

profissionais (Guimarães, Cavadinha, Mendonça, & Sousa, 2017).

Ao tratarmos das políticas públicas para a população LGBT, torna-se imprescindível a discussão da pauta dos direitos humanos. Temática presente em diversos programas, é fundamental para a articulação de ações que melhorem a qualidade de vida desse público. A PB03 foi desenvolvida seis anos após o Programa Nacional de Direitos Humanos e se organiza a partir da garantia de direitos básicos para os cidadãos/ãs brasileiros/as. Na segunda versão do documento, foram implantadas novas pautas, entre elas os direitos dos homossexuais.

Cabe ressaltar que a criação da PB04 acontece dois anos após a realização da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, e representa a proposta de comprometimento do estado com os direitos humanos através da implementação do programa em seus diferentes eixos orientadores. Outra política pública que trata essa temática é a PB07. Criada em 2009, tem o compromisso de defender os direitos humanos da população LGBT, possibilitando o exercício da cidadania através de ações implementadas pelos órgãos públicos.

A saúde do homem e da mulher são discutidas em algumas políticas públicas apresentadas nos estudos. A PB08 aborda a

saúde da mulher fazendo uma análise baseada na construção do gênero na sociedade, identificando as especificidades deste público para a criação do programa. Além disso, apresenta dados em relação à saúde da mulher no Brasil, considerando questões acerca do aborto, maternidade e ISTs. Já a PB09 foi desenvolvida em 2008 com o objetivo de reduzir a mortalidade da população masculina no Brasil, através de melhorias das condições de saúde para os homens.

A saúde da população LGBT é o grande foco da PB010, que busca atender as demandas desse público, evitando a discriminação nos serviços de saúde. Essa política pública foi elaborada seguindo as diretrizes da PB01 e da PB04. A implantação desse programa visa ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde, além de capacitar os serviços do SUS para a realização de um atendimento humanitário, além de outros objetivos propostos no documento. Uma das temáticas abordadas nessa política é a garantia dos direitos de saúde para travestis e transexuais. Isso pode ser visto também na PB011, que através da Portaria Nº 457, regulamenta a realização do processo transexualizador no SUS, envolvendo equipe multidisciplinar e buscando oferecer serviço humanizado durante todo o processo.

Percebe-se que a epidemia de AIDS no Brasil foi outro assunto muito discutido nos estudos. Ferraz e Kraiczuk (2010) fazem uma retomada histórica do surgimento do HIV e AIDS no Brasil, enfatizando a discriminação sofrida pela população LGBT, especialmente os homossexuais, tendo em vista a falta de conhecimento sobre a doença aliada ao preconceito sobre esse público. Nesse sentido, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lança em 2013 a campanha Zero Discriminação, que tem por objetivo acabar com o preconceito sofrido pelos portadores da doença, garantindo o direito à uma vida digna independente de sua orientação sexual, raça, gênero e etnia (Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS, 2017).

A partir disso, os estudos citam as políticas de saúde implantadas para lidar com a epidemia. Entre elas, a PB05 (Brasil, 2007), que tem como objetivo desenvolver a prevenção e o atendimento para o tratamento de AIDS e outras IST, bem como, promover qualidade de vida para as mulheres acometidas. Cabe ressaltar que na versão original do documento o termo utilizado é Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Esse termo foi substituído em 2016 por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), tendo em vista que muitos indivíduos podem ser

assintomáticos, tendo seus sintomas não visíveis como na doença (Ministério da Saúde, 2016). A PB06 é outra política de saúde apresentada nos estudos. Esse plano busca, entre outros objetivos, reduzir as vulnerabilidades dessa população e promover o acesso a um atendimento de qualidade para os/as portadores/as de AIDS e IST.

Observa-se que as pesquisas abordam a epidemia de HIV/AIDS no Brasil em 1980 como fator desencadeante para a criação de políticas de saúde para a população LGBT no país, tendo em vista que esse era o público mais vulnerável para contrair a doença. Entretanto, a relação entre a epidemia e a criação de políticas públicas reforçam o caráter estigmatizante que a população LGBT enfrenta na busca por seus direitos (Mello et al., 2011; Ferraz & Kraiczuk, 2010; Broilo & Akerman, 2015).

Além das políticas públicas identificadas nos artigos, também foram encontrados outros documentos de extrema relevância histórica para a garantia de direitos básicos da população LGBT brasileira. Trata-se de anais e relatórios que fornecem dados inexistentes até sua publicação, tais como estatísticas de violência e discriminação contra diversidade sexual e de gênero ou a documentação da primeira conferência nacional, no ano de 2008. Esses

documentos merecem destaque por representarem a articulação dos movimentos sociais com órgãos governamentais e fortalecem a necessidade de cidadãs e cidadãos participarem ativamente de seu sistema político, reivindicando, sempre que preciso, ações de combate à desigualdade de direitos.

A 1ª Conferência Nacional LGBT foi um importante marco histórico na elaboração das políticas públicas para a população LGBT e os anais deste evento foram citados nos estudos com grande frequência. O evento teve como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e foi realizado no ano de 2008. Os resultados da conferência representam um marco na garantia dos direitos de pessoas LGBT. A partir da conferência foram criados o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, além do fortalecimento do programa Brasil Sem Homofobia, já existente (Brasil, 2008).

O relatório final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos

Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em 2016, é um importante documento que reúne as principais contribuições do referido evento. Merece destaque a assinatura do decreto que menciona o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais, ação que representa uma conquista em relação à luta pelos direitos desse grupo.

A violência contra a população LGBT no Brasil é uma realidade que precisa ser tratada com atenção pelo poder público. Pensando nisso, alguns estudos apresentam o documento “Violência LGBTfóbica no Brasil: dados da violência”, elaborado em 2016 com o objetivo de apresentar números acerca deste problema social. O relatório foi elaborado a partir de dados fornecidos pelo Disque 100 e organiza os resultados a partir das categorias da sigla LGBT. Em 2016, foram registradas 2.964 violações de direitos humanos de caráter LGBTfóbico no Brasil, sendo o gênero masculino o predominante entre os agressores (Brasil, 2018).

Outro documento presente nos estudos é o Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que tem como objetivo a fiscalização da implantação das ações do plano, bem como suas dificuldades de realização. Esse documento é de extrema relevância para a

aplicação da política pública, tendo em vista que um desenvolvimento adequado das ações resulta na garantia dos direitos da população LGBT.

Os estudos da presente revisão enfatizam os obstáculos existentes na efetividade das políticas públicas para a população LGBT. Tais empecilhos manifestam-se em diferentes espaços, sendo a saúde o mais citado nos artigos. Esse dado reforça os efeitos da heteronormatividade nos espaços de saúde, conforme apresenta Cerqueira-Santos et al. (2010). O estudo de Albuquerque et al. (2013) revela que o caráter heteronormativo do atendimento em locais de saúde favorece o aumento da discriminação da população LGBT, tendo em vista que a maioria dos profissionais compreendem a orientação heterossexual como esperada, negligenciando diferentes formas de expressão da sexualidade.

Uma forma de exclusão nos espaços de saúde pode ser percebida no estudo de Broilo e Akerman (2015), que enfatiza o fato de pessoas com menor passabilidade de gênero sofrerem ainda mais com os efeitos da discriminação. Isso pode ser compreendido pelo fato das políticas públicas serem elaboradas a partir de uma noção binária de gênero, o que torna os programas excludentes e muitas vezes, ineficientes. Uma nova forma de pensar estes programas poderia aumentar a eficácia

dos mesmos (Sampaio & Germano, 2014). A maioria dos estudos apontam a sensibilização e capacitação dos/as profissionais de saúde como forma de proporcionar atendimento adequado para receber as demandas da população LGBT, realizando um atendimento humanitário e não discriminatório (Popadiuk, Oliveira, & Signorelli, 2017; Albuquerque, Garcia, Alves, Queiroz, & Adami, 2013; Melo, Perilo, Braz, & Pedrosa, 2011; Prado & Sousa, 2017).

Outro impasse existente na efetividade das políticas públicas é o distanciamento entre a elaboração das políticas e sua real aplicação. Apesar da existência dos programas, ainda existem dificuldades em sua implementação, tendo em vista que a comunicação entre gestores e aplicadores precisa ser melhorada para que a efetividade dos programas possa ser percebida de maneira significativa (Mello et al., 2012).

Em relação às políticas de segurança, um dos maiores desafios existentes é a homofobia institucional presente em diversos setores públicos, além da ausência de programas específicos que ofereçam respaldo para proteger a população LGBT que é vítima diária da manifestação da violência (Mello et al., 2014). Torna-se necessário que a elaboração das políticas públicas seja construída com a participação de pessoas

que conheçam as especificidades do público em questão, por isso a importância do trabalho conjunto entre os movimentos sociais e os órgãos governamentais (Mello et al., 2012).

Conclusão

Este estudo buscou mapear a literatura existente sobre políticas públicas para a população LGBT no Brasil, investigando quais são as políticas públicas apresentadas nos estudos e as principais dificuldades para sua implementação. Foram identificadas XX políticas, sendo que a mais frequentemente estudada foi o Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004). As principais dificuldades na implementação dessas políticas e programas esteve em torno do preconceito e do despreparo dos profissionais para lidar com as especificidades das demandas do público LGBT. Concluiu-se que, apesar de um aumento da visibilidade das necessidades da população referida, ainda há longo caminho a ser percorrido.

Os movimentos sociais possuem grande influência na reivindicação dos direitos da população LGBT. Nos estudos revisados, muitos dos/as participantes de pesquisa eram ativistas de diversos movimentos relacionados à causa. Foi possível perceber, também, um desconhecimento por parte de gestores/as e profissionais da saúde a respeito da

orientação sexual e identidade de gênero dos usuários do Sistema Único de Saúde. Com isso, torna-se imprescindível a continuidade das capacitações para profissionais da saúde, educadores e gestores, procurando atingir o maior número de profissionais e espaços com as informações necessárias para a transformação de uma sociedade discriminatória.

Entre as limitações do presente estudo, identificou-se o fato de os artigos terem sido analisados somente na língua Portuguesa. Embora o critério se justifique pelo objetivo de mapear as políticas públicas no Brasil, os trabalhos de pesquisadores/as brasileiros/as publicados em inglês podem ter sido negligenciados. Em pesquisas futuras, sugere-se a ampliação não apenas da língua da busca, como do escopo, na medida em que a comparação de políticas públicas de diferentes países poderia lançar luz sobre possibilidades e novas soluções locais.

A partir do fato da presente revisão mapear artigos que abordem, em sua maioria, políticas de saúde, pode-se sugerir a elaboração de novos estudos sobre políticas públicas que enfatizem outras áreas, buscando compreender a realidade dos programas governamentais acerca da educação, cultura e trabalho para a população LGBT. Conclui-se, com esta pesquisa, que os obstáculos diários

enfrentados por essa população em diferentes contextos exigem a implantação dos referidos programas de forma humanizada, buscando garantir os direitos básicos para cidadãos e cidadãs brasileiros/as, independentemente da expressão de sua sexualidade.

Referências

- Albuquerque, G. A., Garcia, C. de L., Alves, M. J. H., Queiroz, C. M. H. T. de., & Adami, F. (2013). Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, 37(98), 516-524. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a15v37n98.pdf>. doi.org/10.1590/S0103-11042013000300015.
- American Psychological Association. (2011). Definition of terms: Sex, gender, gender identity, sexual orientation. Recuperado de <http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/sexuality-definitions.pdf>
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (n. d.) *Manual de comunicação LGBT*.
- Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf
- Brasil. Departamento de apoio à gestão participativa, secretaria de gestão estratégica e participativa & Ministério da Saúde. (2008a). Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. *Revista Saúde Pública*, 42(3), 570-573. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n3/itms.pdf>. doi.org/10.1590/S0034-89102008000300027.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). *Plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_feminizacao_final.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007a). *Plano nacional de enfrentamento da epidemia de AIDS e das DST entre gays, HSH e travestis*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2013). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, DF. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.

- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. (2018). *Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência*. Brasília, DF. Recuperado de <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2008). *Anais da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – GLBT*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>.
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2009). *Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.arcoiris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>.
- Broilo, R. & Akerman, J. (2015). Políticas públicas de saúde para a população LGBT no Brasil: identidades sexuais e novas zonas de exclusão. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*, 1, 232-250. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/13571/doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13571>.
- Cerqueira-Santos, E., Calvetti, P. U., Rocha, K. B., Moura, A., Barbosa, L. H., & Hermel, J. (2010). Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 235-245. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420641004.pdf>.
- Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. (2011). Psicologia e diversidade sexual. *Cadernos Temáticos Conselho Regional de Psicologia de São Paulo*. Recuperado de http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_indice.aspx.
- Costa, L. D. da., Barros, A. D., Prado, E. A. de J., Sousa, M. F. de., Cavadinha, E. T., & Mendonça, A. V. M. (2017). Competência cultural e atenção à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). *Tempus, actas de saúde coletiva*, 11(1), 105-119. doi:10.18569/tempus.v11i1.2314. doi.org/10.18569/tempus.v11i1.2314.
- Ferraz, D. & Kraiczky, J. (2010). *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), 70-82. Recuperado de http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/genero_e_saude_2.pdf.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018a). Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 744-757. doi:10.1590/1982-3703001752017.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018b). Sexual and gender diversity in clinical practice in psychology. *Paidéia*, 28, e2827. doi:10.1590/1982-4327e2827.
- Guimarães, R. de C. P., Cavadinha, E. T., Mendonça, A. V. M., Sousa, M. F. (2017). Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde?. *Tempus, actas de saúde coletiva*, 11(1), 121-139. doi:10.18569/tempus.v11i1.2327.

- Jesus, J. G. de. (2013). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18(3), 363-372. doi:10.1590/S1413-82712013000300003. doi.org/10.1590/S1413-82712013000300003.
- Lima, N. T., & Santana, J. P. (2006) *Saúde coletiva como compromisso: a trajetória da ABRASCO*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Mello, L., Avelar, R. B. de., & Brito, W. (2014). Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. *Estudos Feministas*, 22(1), 297-320. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100016>. doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100016.
- Mello, L., Avelar, R. B. de., & Maroja, D. (2012). Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 27(2), 289-312. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005. doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005.
- Mello, L., Perilo, M., Braz, C. A. de., & Pedrosa, C. (2011). Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca da universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 9, 7-28. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002. doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, M.C. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. doi:10.1037/0033-2909.129.5.674.
- Ministério da Saúde. (2016). Departamento passa a utilizar nomenclatura “IST” no lugar de “DST”. Recuperado de <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J. Altman, DG., & The Prisma Group. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. (T. F. Galvão & T. de S. A. Pansani, Trads.) *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. doi:10.5123/S1679-49742015000200017.
- Popadiuk, G. S., Oliveira, D. C., & Signorelli, M. C. (2017). A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e o acesso processo transexualizador no sistema único de saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1509-1520. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002501509&script=sci_abstract&tlng=pt. doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016.

Prado, E. A. de J. & Sousa, M. F. de. (2017). Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. *Tempus, actas de saúde coletiva*, 11(1), 69-80. doi:10.18569/tempus.v11i1.1895.

Programa conjunto das nações unidas sobre HIV/AIDS. (2017). Conheça a Zero Discriminação. Recuperado de https://unaid.org.br/2017/03/conheca_zerodiscriminacao/

Sampaio, J. V. & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica *queer*: algumas questões sobre identidade. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 290-300. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. doi.org/10.1590/S0102-71822014000200006.

Silva, J. W. S. B. da., Filho, C. N. e S., Bezerra, H. M. de C., Duarte, K. V. N., & Quinino, L. R. de M. (2017). Políticas públicas de saúde voltadas à população LGBT e à atuação do controle social. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 18(1), 140-149. doi:10.5433/15177130-2017v18n1p140.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003.

Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100012, doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012.

Os autores:

Isadora Cechin Filipiack, acadêmica do curso de Psicologia pela Faculdade Meridional IMED - Campus Passo Fundo/RS (2015) e bolsista PROBIC pela FAPERGS. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Relações Interpessoais, Emoção, Comportamento e Cognição (GEPRIECC) do Programa de Pós Graduação da Faculdade Meridional IMED. Atualmente, é estagiária de psicologia clínica no Serviço Integrado de Atendimento em Psicologia (SINAPSI) na IMED. Possui experiência em grupos de psicoeducação com pacientes psiquiátricos e no atendimento de famílias, casais e indivíduos. E-mail: isafilipiack@yahoo.com.br

Icaro Bonamigo Gaspodini psicólogo pela Faculdade Meridional (IMED, Passo Fundo, 2014) e mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, São Leopoldo, 2017) com bolsa parcial da CAPES. Atualmente, é doutorando em Psicologia na UNISINOS com bolsa parcial da CAPES e professor do curso de graduação em Psicologia da IMED. Principais temas de pesquisa: preconceito, discriminação, diversidade sexual e de gênero, estresse de minoria e violência entre parceiros íntimos. Contato icaroicaro@gmail.com

Recebido em: 27/08/2018.

Aprovado em: 30/12/2019